

A partir de hoje, o Conselho de Prerrogativas dos Parlamentares, que não é situação, que não é oposição, que não têm partidos, vai tratar, apenas e tão somente, das prerrogativas dos parlamentares. Este é um poder idêntico do Executivo, idêntico ao Judiciário e nunca mais - pelo menos enquanto aqui estivermos aqui nesta Casa - vamos permitir que sejam arranhadas a reputação, a dignidade e os direitos de um deputado desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência parabeniza Vossa Excelência. Quero apenas registrar que neste mandato e nesta minha gestão não existem girolindos, não existem jacobinos, não existe situação, não existe oposição, não existe microfone da direita nem da esquerda. Somos presidente dos 93 deputados desta Casa, mais este presidente. Quando nós falamos em oposição, há uma postura ideológica de um segmento de deputados de partido político, que se antepõem a um modelo de gestão daqueles que estão na situação e apoiam. Mas há uma união em torno do resgate da credibilidade do Poder Legislativo

Quero aqui parabenizar o deputado Geraldo Cruz, e dizer que o deputado tem sido oposição sim, uma oposição que coloca suas posições, uma oposição que obstrui, que discute, mas uma oposição responsável. Uma oposição que não se coloca contra aquilo que é consenso, que vai ao encontro do interesse da sociedade.

Deputado Geraldo Cruz, V. Exa. tem aqui o respeito desta Presidência, temos nossas discordâncias, evidentemente, mas tem o respeito deste presidente. E quero dizer que apoiarei todas as ações de V. Exa. que forem ao encontro da valorização dos deputados do partido que V. Exa. é líder nesta Casa.

O presidente tem o compromisso em apoiar e não permitir que qualquer deputado liderado por V. Exa., de alguma forma, não tenha plena liberdade de exercer o seu mandato. E dizer que a comissão de prerrogativas, agora coordenada pelo deputado Campos Machado, terá todo o apoio deste Presidente. Nós, detentores de mandato popular, exercemos a representatividade da democracia. O Art. 10, parágrafo único, da Constituição Federal, afirma: "Todo poder emana do povo". Desde a Revolução Francesa, o poder não mais emana de um rei considerado herdeiro das divindades, mas do povo, sendo exercido por representantes legitimamente eleitos.

Portanto, pelo sistema constitucional, essa é a maneira legítima de exercer o poder de que o povo é detentor. Todas as vezes em que se desrespeita um detentor de mandato popular, atenta-se contra a democracia e a Constituição. Portanto, o Conselho de Prerrogativas não é de defesa de privilégios, mas de defesa dos poderes legitimamente exercidos pelos representantes que estão aqui porque foram escolhidos pelo processo eleitoral.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o deputado Campos Machado e fazer uma pequena correção ao que ele disse: a minha posição de esquerda não diz respeito aonde estou; não sou de esquerda por estar do lado esquerdo, sou-o em qualquer posição em que estiver no campo. Defendo a linha política de esquerda e pertença a um partido de esquerda, no qual lutamos pela constituição de uma sociedade socialista, onde as pessoas tenham direito à vida em plenitude.

Queremos fazer uma oposição propositiva. É muito difícil fazer oposição aqui, porque o Governo pouco aceita as observações que a oposição faz, o que é muito ruim. Sempre procuramos contribuir para melhorar ao máximo possível as políticas que devem ser implantadas no Governo de São Paulo. Evidentemente, não somos donos da verdade: queremos construí-la juntos. Acreditamos que podemos contribuir muito, se o Governo quiser avançar com as políticas. As sugestões e emendas que fazemos aos projetos nunca foram no sentido de atrapalhar o andamento do Governo do Estado, mas para que o estado de São Paulo possa voltar a crescer e ser a locomotiva que, infelizmente, não está sendo no momento.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Só para registrar: de esquerda ou não, somos representantes da dignidade na política.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Quero fazer um elogio ao deputado Campos Machado e a todos os deputados que compõem o Conselho de Prerrogativas. Tive o prazer de participar dele no meu primeiro mandato, juntamente com o deputado Campos Machado. O Conselho é de fundamental importância com relação à defesa das prerrogativas do Parlamento paulista. Quero me colocar à disposição como líder do Governo, deputado Campos Machado. O governador Geraldo Alckmin compreende e respeita muito a prerrogativa do parlamentar. Quero me colocar, como líder do Governo, à disposição do Conselho. Quero ainda cumprimentar V. Exa., Sr. Presidente, por estar resgatando e reunindo deputados de grande relevância no Parlamento para participar de um Conselho tão importante.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputado Cauê Macris, como líder do Governo, seja portador da mensagem deste Presidente no sentido de que não é possível - no ato que vai anunciar um projeto de lei a ser votado pela Casa ou no ato de sanção a projeto de lei votado por esta Casa - que sejam esquecidos os protagonistas responsáveis pela edição do ato normativo. Apoiando esse Conselho, V. Exa. se somará ao Presidente para que, em hipótese alguma, um deputado sofra um menoscabo no exercício de seu mandato. Se isso acontecer, todo o Poder Legislativo e a democracia serão aviltados.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Além de agradecer a V. Exa. e ao deputado Cauê Macris pela apoio incondicional, quero dizer ao deputado Geraldo Cruz que voltarei aqui para resgatar a história, para contar como é que a Revolução Francesa decidiu pela existência de esquerda, direita e centro. Então, quem sabe o deputado Geraldo Cruz, meu amigo particular, vai compreender como nasceram a tal da esquerda, direito e centro.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Por falar em história, a história está entrando aqui um deputado que já corresponde a mais da metade da existência desta Casa Legislativa, tem quase a metade da idade da Assembleia Legislativa, nosso querido deputado Salim Curiati, que viveu metade dos anos de vida nesta Assembleia Legislativa, e portanto aqui já está há tantos anos, tantos mandatos, é testemunha viva da história, parte dela registrada nos livros.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, faço coro a V. Exa., para dizer o que dizia um poeta inglês: que os anos sabem de coisas que os dias não sabem. Só os anos é que nos ensinam. E como os anos também ensinaram a V. Exa., de que direita e centro-esquerda são expressões que não dizem nada, sobre o que parte da política passou a entender, peço licença a V. Exa. para que na próxima semana eu possa dissertar sobre a Revolução Francesa.

Aproveito para saudar o deputado Curiati, cujos cabelos, da cor da lua, resplandecendo nesta tarde, demonstram a sua história de vida, o seu passado e, principalmente, o seu caráter.

E a V. Exa., deputado Cauê Macris, quero transmitir apenas uma versão dos fatos. Vai ter que ter muita coragem para participar ao lado da comissão de prerrogativas da defesa intransigente deste Poder, que não perde nada para o Executivo e nem para o Judiciário. Quando perdemos, nós abaixamos a cabeça. Tenho certeza de que daqui para frente não haverá mais como trazer o nosso Poder como sendo um órgão, um poder inferior aos outros poderes. Nas mãos de V. Exa., e também nas mãos do líder do Governo, entrego as suas expectativas e as suas esperanças.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra que o mais forte dos poderes é o Poder Legislativo, que faz a lei, com a qual o Executivo administra e o Judiciário decide, e só não tem força quando está fragmentado. Ele deixa de ser um poder e passa a ser um multifacetado exercício individual por parte de deputados que atuam cada um por si.

No momento em que esses deputados se unem, e atuam unidirecionalmente, em prol de suas prerrogativas, e prerrogativas da sociedade, o poder passar a ser um poder, e deixa de ser um aglomerado de parlamentares.

Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati, quase 100 anos de vida, quase 70 anos de mandato parlamentar.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou realmente orgulhoso e, por que não, até entusiasmado, por receber tanto carinho de V. Exa. e dos demais pares desta Casa.

Respeito os nobres deputados desta Casa, respeito os funcionários desta Casa, e os quero bem. Por isso sempre peço a Deus, todo-poderoso, que nos abençoe e nos dê força para continuar a luta, procurando fazer o bem.

Estou muito agradecido a Vossa Excelência. Agradeço ao deputado Campos Machado, que aqui tem feito um carinho especial com este deputado. Tenho certeza de que este comportamento meu, de brandura e de honestidade, realmente valoriza o Poder Legislativo. Estou aqui fazendo com que esse Poder seja valorizado. Dei algumas mensagens para que este Poder e a democracia, o regime no Brasil, sejam melhorados, valorizados, e para que todos nós possamos trabalhar para fazer o bem ao próximo.

Agradeço esse carinho com muito entusiasmo. Ao meu amigo, meu primo, meu descendente, para que tudo possa ocorrer de bom, não só para a família de V. Exa., mas para a família de todos os deputados aqui, e para os funcionários presentes nesta Casa. Deus o abençoe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Amém. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, nos termos no § 4º do Art. 1º da Lei Complementar 918/2002 adita à Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2015.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem ordem do dia.

Convoca, ainda, os parlamentares para uma semana intensa de trabalho na próxima semana. Dias 23, 24 e 25 temos muitos projetos para serem discutidos, debatidos e votados. Precisaremos da presença de todos. Trabalharemos em regime de duas sessões extraordinárias. Esgotaremos os temas para podermos chegar no dia 30 a ponto de discutir e votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Temos, também, o compromisso de terminar este semestre - que começamos, deputados, com 870 projetos parados, paralisados na pauta - não com 870, mas com menos de 50 projetos preparados para votação.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.

19 DE JUNHO DE 2015 63ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: CARLOS GIANNAZI e JOOJI HATO

Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Presta homenagem a Luiz Blazeck, ex-delegado geral da Polícia Civil, falecido em 18/06. Comenta caso de policial militar baleado em Embu das Artes. Defende posicionamento favorável à prisão perpétua e contrário à pena de morte. Apoiar a redução da maioridade penal.

3 - JOOJI HATO

Sugere a realização de blitz do desarmamento. Relata caso do policial Elias Brasil, baleado quando saía de casa. Cita leis, de sua autoria, que buscam diminuir a violência no trânsito. Manifesta-se favorável à redução da maioridade penal em todos os casos, não apenas para crimes hediondos.

4 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Agradece a seus pares pela derrubada do veto ao PL 7/09, de sua autoria, que estabelece limite numérico em salas com alunos portadores de necessidades especiais. Afirma que a inclusão deve ser feita de maneira responsável. Combate a superlotação de salas de aula.

6 - CARLOS GIANNAZI

Considera improvável que o estado de São Paulo aprove seu Plano Estadual de Educação até 24/06, data estabelecida pelo Plano Federal. Declara que não houve debates com a sociedade para elaboração do plano. Afirma que a Educação deve ser uma política de Estado, não do partido no poder.

7 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Gian-
nazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolgone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia nesta tarde, venho à tribuna para lamentar, como informamos ontem, a morte do Dr. Luiz Maurício Blazeck, ex-delegado geral da Polícia Civil que atualmente se encontrava à frente da Academia de Polícia Civil, na Cidade Universitária.

Dr. Blazeck era jovem ainda, tinha 52 anos, era praticamente um menino. Tenho 53 anos, então penso que ele era jovem. Infelizmente, perdemos o amigo Dr. Blazeck, uma pessoa muito querida não só no âmbito da Polícia Civil e da Polícia Militar, mas em toda a sociedade paulista. Tinha uma penetração muito grande, muitos amigos. Ficamos consternados quando recebemos essa informação. Ele será sepultado hoje, às 15 horas, em Sorocaba. Não poderemos comparecer devido às nossas obrigações, mas queremos render homenagens à figura do Dr. Blazeck, em nome de todo o estado de São Paulo e dizer o quanto sentimos a perda desse valoroso policial.

Também quero destacar que, infelizmente, tivemos mais um policial militar baleado ontem. Quando saía de sua residência, três indivíduos o abordaram. Segundo as notícias, houve uma tentativa de roubo de veículo, mas eu não acredito nisso, Sr. Presidente. Chegaram três indivíduos, deram um tiro na cabeça do soldado e não levaram nada. Recebi a informação de que ele já teve morte cerebral, infelizmente. Então, o genocídio de policiais militares continua no Brasil.

Sempre digo que precisamos reformular nossas leis e nossas penas. Concorde que não é a cadeia que vai mudar a violência, mas precisamos ter uma lei forte para os criminosos. Se acharmos que a cadeia não vai curar e que diminuir a maioridade penal não vai resolver, então vamos deixar o crime livre. A única coisa que podemos fazer é combater os bandidos e colocá-los na cadeia.

Acho que deve haver uma reformulação na legislação. Temos que retomar a pena de prisão perpétua. Sou favorável à prisão perpétua. Às vezes, as pessoas me perguntam se sou favorável à pena de morte. Não, não sou favorável à pena de morte, pois acho que ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém. O policial, quando mata, é para se defender ou para salvar outra pessoa. Mas acho que o sujeito que comete um crime hediondo tem que passar o resto da vida preso, levantando todos os dias de manhã e vendo o sol quadrado, como costumávamos falar. Ele precisa pensar na besteira que fez e deve servir de exemplo para que outras pessoas não façam a mesma coisa.

Sr. Presidente, V. Exa. sabe que o ser humano age muito por exemplos. Vossa Excelência é professor e sabe que o bom professor tem ótimos alunos que seguem o seu exemplo. Na justiça e na lei é a mesma coisa. Quando um sujeito tem a intenção de cometer um crime e vê que um criminoso foi punido com uma pena severa, ele vai pensar muito antes de fazê-lo.

No Brasil, infelizmente, ser criminoso compensa, pois a lei é branda. O indivíduo anda armado de fuzil pela rua. Outro dia, comentei aqui sobre uma ocorrência na região de Mairiporã, envolvendo uma quadrilha que praticava roubo de cargas. Todos os indivíduos estavam armados com fuzis. Então, o negócio está descarado.

Precisamos mudar, precisamos de mudanças. Em Brasília, o pessoal já aprovou a diminuição da maioridade penal. Sei que muitas pessoas são contra e respeito o ponto de vista. Porém, do meu ponto de vista, acho que devemos diminuir mesmo a maioridade penal. Eu, como policial, entendo que, se não tivermos leis severas, não teremos controle sobre o crime. Precisamos controlar o crime e fazer com que o cidadão de bem seja valorizado, o trabalhador seja valorizado. É isso que queremos na Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caríssimo deputado Carlos Giannazi, que preside esta sessão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores, sabemos que não adianta, mas tenho de vir à tribuna tentar sensibilizar o governo a fazer blitz para o desarmamento, a tirar arma de marginais, a tirar arma de adolescentes infratores.

Embu das Artes é uma linda cidade, é a cidade das artes. Quem vai lá, conhece uma cidade tranquila, mas de repente, o PM Elias Brasil, de 40 anos, que estava na frente da casa de um amigo na Rua Guaianã, Jardim Santo Eduardo, por volta de 20 horas, foi abordado por três homens. O policial foi reagir e foi baleado na cabeça.

Se esses indivíduos que abordaram esse PM não estivessem armados, se houvesse uma operação conjunta entre a Polícia Militar, as Guardas Municipais e as Federais cercando as fronteiras, talvez não tivéssemos essa ação por parte dos marginais. Quantas mortes não poderíamos ter evitado se pudéssemos tirar essas armas? Arma de numerção raspada, arma que vem contrabandeada da Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru. A nossa fronteira é gigantesca. Usem o Exército. Ele tem de ajudar no policiamento. Nas fronteiras interestaduais, façam fiscalizações. Peguem Guarda Rodoviária e a Polícia Militar e façam blitz a todo instante. Aqui na frente da Assembleia Legislativa mesmo, poderia ter uma equipe fazendo essa abordagem, parando o carro num lugar que não atrapalhasse o trânsito, fazendo o teste do bafômetro: mete o bafômetro na boca desses indivíduos que saem desses botecos da vida matando, atropelando. Chega em casa, espanca a mulher. É por isso que fiz a Lei Seca, a Lei Fecha Bar, a lei chamada também do Silêncio. O conjunto dessa lei é o Tolerância Zero.

Que Deus ilumine os nossos colegas em Brasília para que votem a redução da maioridade penal, que votem do jeito que eles querem. Eu tenho falado com o nosso presidente para que lute pela redução da maioridade penal em todos os níveis. É reprimendo os pequenos delitos que estaremos prevenindo os grandes delitos. Se aqueles dois brasileiros fuzilados na Indonésia tivessem sido reprimidos anteriormente, talvez não tivessem traficado num país onde o tráfico de drogas é proibido. E lá, lei é lei! Aqui no Brasil, o indivíduo porque tem uma certa idade não vai para a cadeia, mas quero ver na Suíça, nos Estados Unidos. O cara pode ter 80, 90 anos 'vai em cana' mesmo! Então, os menores infratores que assaltam, matam e estupram têm de pagar. Se eles tivessem sido reprimidos ao tempo em que cometiam pequenos delitos - roubar um par de tênis, por exemplo - talvez não roubariam uma bicicleta, não roubariam um carro, não assaltariam um blindado. É punindo os pequenos delitos que fazemos a prevenção para os grandes delitos. Será que os nossos parlamentares não enxergam isso?! Foram 21 votos favoráveis à redução da maioridade penal, acompanhando a vontade de 92% da população, segundo o Datafolha e eu confio no instituto Datafolha. Seis votaram contra. Penso que esses seis não tiveram seus familiares assaltados, assassinados, estuprados ou tenham sofrido algum tipo de delito. É uma vergonha. Eu não oro para esses seis deputados, que não ajudam o nosso País. Eles não conseguem enxergar que a população inteira, que os 92% desejam a diminuição da maioridade penal. São apenas alguns, que devem ter algum interesse especial.

Que Deus ilumine o Congresso Nacional. Já é muito tarde, deveria ter sido votado muito antes, há cinco, 20 anos. Faz muito tempo que temos aceitado esse jugo de adolescentes infratores. Os adolescentes que são assaltados, que são estuprados e que são assassinados sabem disso. E os que matam e estupram não sabem? Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, venho a esta tribuna no dia de hoje para agradecer a todos os deputados que contribuíram com a derrubada do veto ao nosso Projeto de lei nº 07, de 2009, que estabelece o limite de alunos por sala de aula com crianças e adolescentes deficientes matriculados nessas salas. Ou seja, para cada sala de aula da rede estadual em que houver um aluno com deficiência física, ou mental, com algum transtorno, necessidade especial de aprendizagem, teremos uma redução para 20 alunos por sala. E, se na sala tivermos dois ou três alunos, cai então para 15 alunos.

É um projeto estratégico para a educação, e que representa uma antiga reivindicação do Magistério público, principalmente no estado de São Paulo, onde combinamos a redução do número de alunos, que combate a superlotação de salas, com o processo real de inclusão dessas crianças e adolescentes com necessidades especiais de aprendizagem. É uma luta histórica, pois combinamos as duas coisas ao aprovar o projeto. Na verdade, o nosso projeto foi aprovado em meados do ano passado. Infelizmente, o governador Geraldo Alckmin vetou o projeto, e nós derrubamos o veto recentemente na Assembleia Legislativa. Agora sim a lei foi promulgada, exatamente no dia 16 de junho, na última terça-feira, com a lei publicada no Diário Oficial. Refiro-me à Lei 15.830, de 2015.

É uma lei histórica para a Educação não só para o estado de São Paulo, mas para o Brasil. A Assembleia Legislativa deu uma resposta importante que pode desencadear um processo de inclusão. Nós defendemos logicamente a inclusão dessas crianças e adolescentes, mas temos de fazer isso em condições adequadas, com o limite de alunos por sala, e investindo na formação dos professores, tendo professor-auxiliar na sala de aula. É isso que o projeto versa.

Tenho certeza de que, além da repercussão positiva que terá na oferta da qualidade de ensino e da inclusão para a nossa rede estadual, a Lei nº 15.830/15 terá repercussão em muitos municípios e em outros estados também. Tenho certeza de que ela vai influenciar o debate do Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

Agora temos uma lei que é referência nacional. Ela foi aprovada e promulgada pela Assembleia Legislativa porque o governador vetou a lei. É um absurdo o governador Alckmin ter vetado uma lei como essa. O veto do governador não foi ao deputado Carlos Giannazi, autor do projeto de lei, não foi aos professores da rede estadual. Foi um veto e uma agressão às crianças e adolescentes com necessidades especiais de aprendizagem e que precisam ser incluídas corretamente na rede regular de ensino, com condições adequadas.

O veto do governador foi um veto criminoso contra as famílias que têm crianças altistas ou com síndrome de Down. Esse governo foi insensível ao veto o projeto, mas não adiantou. O governo foi derrotado na Assembleia Legislativa, pois conseguimos a promulgação da lei. Estamos felizes com a Lei nº 15.830, de 15 de junho de 2015. É muito importante que toda a população saiba dessa lei e que ela cobre o seu cumprimento imediato bem como sua regulamentação, de modo a limitar o número de alunos por sala de aula.

Temos que garantir a inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos no sistema público de ensino em condições adequadas. Não podemos matricular uma criança altista numa sala com 30 ou 40 alunos como o Estado e a Prefeitura de São Paulo vêm fazendo. Outras prefeituras também estão fazendo isso no estado de São Paulo. É um crime contra essa criança altista. Temos salas onde há crianças com síndrome de Down matriculadas, mas na sala há 35 ou 40 alunos. Isso é um absurdo, Sr. Presidente. Por isso que nós promulgamos.

Agora é lei. É a Lei nº 15.830/15, que limita o número de alunos matriculados em salas com crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência. Há um limite agora. Se houver um aluno altista ou com síndrome de Down em uma sala, essa sala não pode ter mais de 20 alunos na rede estadual.

Quero agradecer todas as pessoas que colaboraram com a derrubada do veto. Foi um veto criminoso do governador contra a Educação, contra as crianças, contra as famílias dessas crianças. Derrubamos o veto na Assembleia Legislativa. Temos hoje que comemorar a Lei nº 15.830/15 e exigir o seu imediato cumprimento e a sua imediata regulamentação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.